

# Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 1972

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

### COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.  
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.  
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).  
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.  
2.º SECRETÁRIO — Quíelise Crisóstomo.  
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).  
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

##### COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;  
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho  
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)  
1.º Secretário — Ivo Thomazoni  
2.º Secretário — Quíelise Crisóstomo da Silva  
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)  
4.º Secretário — Rosário Pitelli

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

###### TITULARES

Presidente — Armando Queiroz  
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)  
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

###### SUPLENTES

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

###### TITULARES

Presidente — Fuad Nacli

Vice-Presidente — Antonio Belinatti

David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

###### SUPLENTES

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

###### TITULARES

Presidente — Jorge Sato

Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTES

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

###### TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTES

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

###### TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTES

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

###### SUPLENTES

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

###### TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTES

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

###### TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTES

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

##### COMISSÃO DE POLÍCIA

###### TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

###### TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTES

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

###### TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTES

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

###### TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTES

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

##### COMISSÃO DE TURISMO

###### TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTES

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).



**2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 101.ª Sessão Ordinária**  
**Realizada em 2 de Agosto de 1972 — (Quarta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quilise Crisóstomo.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quilise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araujo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima (38); achando-se ausentes os Srs. Deputados, Wilson Fortes, Antônio Maciel, Basílio Zanusso, David Federmann, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Lázaro Dumont, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. EMÍLIO CARAZZAI — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum. (É feita a chamada).

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada 28 Srs. Deputados. Há número para prosseguimento da Sessão.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**MENSAGENS:**

**Mensagem 30/72**

Curitiba, 10 de julho de 1972.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva doar à União, um imóvel de propriedade do Estado do Paraná, sito à Avenida 7 de Setembro, nesta Capital, e com as confrontações que especifica.

A medida consubstanciada no Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Assembléia Legislativa, constitui-se num importante e decisivo passo com vistas a ensinar as necessárias condições no sentido da ampliação do ensino técnico profissionalizante à cargo do Ministério da Educação e Cultura, através da Escola Técnica Federal do Paraná. Trata-se, segundo esclarece o Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura em expediente que encaminhou a este Poder Executivo, da implantação, na referida Escola Técnica, de Cursos de Engenharia Operacional, fato que, em si mesmo, plenamente justifica a doação objetivada e ressalta o elevado interesse público na sua efetivação.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de consideração e apreço.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA  
Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à União, um imóvel de propriedade do Estado do Paraná, sito à Avenida 7 de Setembro, nesta Capital, confrontando-se com a referida Avenida por 74,50m, com a Rua Marechal Floriano Peixoto por 22,47m, pelo lateral esquerdo com imóvel do Estado do Paraná ocupado pela União, por uma linha reta seca de 40,00m e nos fundos com imóvel da União e do Estado do Paraná ocupado pela União por 3 fragmentos de linha reta seca medindo 55,00m, 17,00m e 20,50m respectivamente. O bem imóvel de que trata a presente Lei foi havido pelo Estado do Paraná por força da transcrição 16.808, fls. 69 do livro 3-I, do Cartório do Registro de Imóveis da 1.ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2.º — O imóvel objeto da doação de que trata o artigo anterior, deverá ser utilizado na construção de Estabelecimento de Ensino, no prazo de dois anos, contados da data da publicação da presente Lei, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

**Mensagem 31/72**

Curitiba, 10 de julho de 1972.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva doar à União, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, sito à Avenida 7 de Setembro, nesta Capital, onde se acha edificado o prédio sede da Escola Técnica Federal do Paraná e com as confrontações que especifica.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis é altamente significativo e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que visa regularizar, em definitivo, a propriedade do imóvel que por mais de trinta anos vem sendo ocupado pela Escola Técnica Federal do Paraná, tradicional estabelecimento de ensino que tão inestimáveis serviços tem prestado ao Paraná.

Por outro lado, vale ressaltar que a medida em questão virá dar atendimento a solicitação formulada pelo Ministério da Educação e Cultura, com vistas a execução de projeto de ampliação da Escola Técnica Federal do Pa-

raná, a fim de que, na referida Escola sejam criados novos cursos de ensino técnico profissionalizante.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA  
Governador do Estado

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à União, o imóvel sito à Avenida 7 de Setembro, nesta Capital, onde se acha edificado prédio da Escola Técnica Federal do Paraná, confrontando-se com a referida avenida por 79,18m, com a rua Desembargador Westphalen por 75,10m, pelo lateral direito com imóvel do Estado do Paraná e da União por 3 fragmentos de linha reta seca medindo 35,00m, 20,50m e 40,00m, respectivamente e nos fundos com imóvel da União por uma linha reta seca de 102,00m. O bem imóvel de que trata a presente Lei foi havido pelo Estado do Paraná por força da transcrição 1.139, do livro 3, do Cartório de Registro de Imóveis da 1.ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2.º — O imóvel objeto da doação de que trata o artigo anterior, deverá ser utilizado pela União, na instalação de Estabelecimentos de Ensino.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

**Mensagem 32/72**

Curitiba, 24 de julho de 1972.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar na Procuradoria Geral da Justiça e como integrantes da carreira do Ministério Público, três cargos de Procurador da Justiça.

Em 1970, a criação do Tribunal de Alçada, na instância superior do Poder Judiciário, ocasionou a demanda, para seu normal funcionamento, do concurso da cúpula do Ministério Público, à qual está afeta, dentre outras incumbências, a de oficial em processos que tramitam: na via recursória.

Aos atuais Procuradores, em número de dez, não é deferida tal tarefa perante o aludido órgão, por expressa disposição de lei. E, se o fosse, nas atuais condições, viria a acarretar prejuízos, no tocante à execução de seus trabalhos junto ao Tribunal de Justiça.

Faça ao acima exposto, infere-se ter havido sobrecarga de serviços, sem que a Procuradoria sofresse a necessária adaptação para deles desincumbir-se. Saliente-se que a modificação ora pleiteada não irá implicar na vinculação absoluta dos novos Procuradores ao Tribunal de Alçada, em detrimento de suas demais atribuições, enumeradas pelo art. 7.º e seus incisos, do Estatuto do Ministério Público. Ao Procurador Geral da Justiça reservar-se-á o direito de designá-los para atuar igualmente junto ao órgão supremo do Poder Judiciário Estadual, desde que as contingências do serviço aconselhem essa medida.

Tais óbices somente poderão ser superados com a elevação dos cargos de Procurador da Justiça a treze, número este imprescindível para o atendimento dos serviços das Câmaras que compõem o Tribunal de Alçada e do Tribunal Pleno. A aprovação do Plano de Lei ora proposto representará, em última análise, uma adaptação da Procuradoria Geral da Justiça à realidade forense do Estado, colimando o fiel desempenho de suas funções estatutárias e daquelas advindas da criação do Tribunal de Alçada.

Por outro lado, em face do encaminhamento desta Mensagem a essa Augusta Casa de Leis, solicita-se o arquivamento da Mensagem n.º 1/71, de 12-3-71 e do consequente Projeto de Lei n.º 36/71, que versam sobre matéria idêntica e que, pelo Ofício n.º 886/72, dessa Presidência, foi convertida em diligência junto ao Poder Executivo.

Certo de que a medida ora submetida a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA  
Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1.º — Ficam criados, na Procuradoria Geral da Justiça, como integrantes da carreira do Ministério Público, três cargos de Procurador da Justiça, que serão preenchidos na forma da lei.

Art. 2.º — Os atuais Procuradores da Justiça, inclusive os ocupantes dos cargos criados por esta Lei, exercerão suas funções junto ao Tribunal de Justiça e ao Tribunal de Alçada.

Art. 3.º — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da dotação própria, consignada no orçamento do Estado.

Art. 4.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

**OFÍCIOS:**

Sob os nrs. 105, 106, 107, 108, 109, 110 e 111/72, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os projetos de lei, nrs.:

171/70: — Do Senhor Deputado David Federmann, que visava autorizar o Poder Executivo a criar na sede do Município de Telêmaco Borba, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

211/71: — Do Senhor Deputado Emílio Carazzai, que visava estabelecer em valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da parte fixa de subsídio de Deputado Estadual, a pensão mensal especial assegurada à viúva de Deputado Estadual, de que trata a Lei nr. 4.763, de 5 de novembro de 1963. — A C.C.J.

259/71: — Do Senhor Deputado Ivo Tomazoni, que visava autorizar o Poder Executivo a criar no Distrito de Nova Prata, Município de Salto do Lontra, uma Agência de Rendias. — A C.C.J.

167/70: — Do Senhor ex-Deputado Ahrão Miguel, que visava transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga os municípios de Astorga, Munhoz de Mello, Santa Fé e Lobato, numa extensão de 50 (cinquenta) quilômetros. — A C.C.J.

217/70: — Do Senhor ex-Deputado Estadual Túlio Vargas, que visava criar um curso colegial, anexo ao Ginásio Estadual Paulo Pimentel, na sede do Município de Mandaguá. — A C.C.J.

319/70: — Do Senhor Deputado Erondy Silvério, que visava criar um curso ginasial para funcionar a partir do próximo ano letivo, no bairro da Vila Fanny, na cidade de Curitiba. — A C.C.J.



279/70: — Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que visava criar um curso científico na cidade de Paraíso do Norte, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

#### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nr. 82/72

Art. 1.º — Ficam incluídos entre os membros do Conselho Rodoviário Estadual, previstos no art. 6.º do Decreto nr. 17.007, de 29 de outubro de 1969, um representante de cada Associação Regional de Municípios do Estado.

§ único — Os representantes das Associações serão preferencialmente engenheiros civis, estranhos aos quadros do funcionalismo, nomeados pelo titular do Poder Executivo, mediante indicação das respectivas Associações e proposição do Secretário de Transportes.

Art. 2.º — Dentro de trinta dias da vigência desta Lei, as Associações deverão providenciar a indicação ao Secretário dos Transportes dos nomes que deverão exercer os mandatos de representante, até o término do atual Conselho Rodoviário.

§ único — O Secretário de Transportes terá o prazo de quinze dias para o procedimento previsto no parágrafo único do artigo 1.º.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1972.

(a) Igo Iwant Losso

**JUSTIFICATIVA** — Os ilustres Deputados Francisco Borsari Neto e Basílio Zanusso houveram por bem apresentar Projeto de Lei que manda incluir um representante dos municípios no Conselho Rodoviário Estadual.

A medida é não só oportuna, mas também conveniente aos interesses municipais, pois ninguém melhor do que o homem do interior para conhecer dos problemas rodoviários.

Na verdade, porém, o projeto dos nobres Pares atende só parcialmente ao propósito que anuncia. Para que o atendimento seja perfeito, deve-se incluir no Conselho Rodoviário um representante de cada Associação Municipal, em número bastante razoável.

Algumas atribuições afetas a esse Conselho dizem respeito direta e imediatamente aos municípios, como planos e problemas e convênios que o DER pode realizar.

O interior só ficará inteiramente representado se cada região — e toda região tem suas peculiaridades próprias — verdadeiramente tiver voz nesse Conselho.

Por outra parte, a condição de engenheiro não deve ser exclusiva, pois nada obsta a que uma pessoa de longa experiência e trato com assuntos rodoviários possa ter uma visão técnica ponderável sobre o assunto.

Também o prazo de cinco dias concedido ao Secretário dos Transportes para encaminhar as indicações ao Governador do Estado me parece por demais exíguo e limitativo.

Desta maneira, Senhores Deputados, acredito que o meu substitutivo possa preencher melhor as finalidades e melhor atender aos propósitos dos ilustres Pares, que tomaram a iniciativa de apresentar o Projeto de Lei n. 82-72.

#### REQUERIMENTOS:

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, ouvido o Plenário desta Casa, Dispensa de Publicação da Redação Final ao Projeto de Resolução n.º 18-72 e aos Projetos de Lei ns. 73-71 — 84-71 — 86-71 — 122-71 — 132-71 — 139-71 — 198-71 — 149-71 e 18-72.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1.972.

(a) Ivo Tomazoni

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais — Requer — ouvido o Plenário da Casa, Regime de Urgência ao Projeto de Resolução n.º 20-72.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1.972.

(a) João Mansur

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão um voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor Avelino Stelatto, progenitor do Senhor Antônio Stelatto, Prefeito Municipal de Sertaneja, ocorrido na cidade de Terra Roxa, Estado do São Paulo.

Requer, outrossim, após a aprovação do presente que se dê conhecimento à família enlutada através expediente desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1.972.

(a) Rosário Pitelli

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja enviada solicitação ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Engenheiro Pedro Viriato Parigot de Souza, no sentido de que aquela autoridade regulamente no prazo mais breve possível, a Lei n.º 6.248, referente aos Professores Suplementaristas, bem como autorize uma maior atenção aos servidores públicos estaduais por parte do IPE, no interior do Estado, haja visto não haver, por parte daquele instituto de previdência um atendimento condigno com a classe funcional.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1.972.

(a) Alvaro Dias

#### PROJETO DE LEI:

##### Projeto de Lei n. 119-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor Coronel de Engenharia Rodolpho Gustavo da Paixão Netto, Chefe do Estado Maior da 5a. Região Militar — Divisão de Infantaria.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1.972.

(a) João Mansur — Líder do Governo e Arena

#### JUSTIFICATIVA:

Justificamos a concessão do Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor Coronel de Engenharia, Rodolpho Gustavo da Paixão Netto, não somente pelos méritos pessoais e profissionais de Sua Excelência, como, também, pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado, desde as décadas de 1.939 e 1.940, quando serviu como Aspirante e 1.º Tenente no antigo 1.º Batalhão de Sapadores, desta cidade, no bairro do Bacacheri, marcando seu magnífico trabalho na construção da estrada que liga Curitiba-Joinville, do trecho Campina Chata — travessia do Rio São João, bem como na execução dos trabalhos iniciais de reconhecimento e exploração para a escolha do traçado do trecho Rio Negro-Lages.

Portador de vários cursos em Escolas do Exército, tomou parte em elevadas Comissões nas esferas militares, tendo recebido significativas Condecorações, não só em nosso País, como no exterior, participando da Missão de Instrução Brasileira no Paraguai, País que lhe concedeu inúmeras comendas.

Filho do ilustre Militar, General Rodolpho Gustavo da Paixão Filho, nasceu na cidade de Rio de Janeiro, em 28-4-1917.

Atualmente exercendo o alto cargo de Chefe do Estado Maior da 5a. Região Militar — Divisão de Infantaria, é justo e merecido a outorga do Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Coronel Rodolpho Gustavo da Paixão Netto. Anexamos o "Curriculum Vitae" de Sua Excelência.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

O SR. PAULO POLI — (Pela ordem). Sr. Presidente, para surpresa nossa acabamos de ouvir a leitura de um dos ofícios oriundos do Palácio Iguaçu no qual informa que S. Exa., o Sr. Governador do Estado, achou por bem vetar o Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Emílio Carazzai que pretendia conceder um aumento de pensão às viúvas dos Srs. Deputados.

Pedimos a palavra pela ordem, Sr. Presidente, para deixar registrado aqui, e é do conhecimento da Casa, que houve previamente uma reunião de Bancada com a presença do Sr. Secretário do Interior e Justiça para disciplinar essa matéria.

Para que não paire dúvida, caso não chegue uma Mensagem oriunda do próprio Poder Executivo normalizando esta situação, e como estamos em campanha podendo ocorrer que aqui não estejamos na época da apreciação deste veto, temos a dizer que, se estivermos presente, votaremos contra o veto e iremos pedir a todos os Srs. Deputados, fazer um apelo patético e veemente, para ressaltar a dignidade deste Poder, para que rejeitem o veto sem entrar no mérito da questão.

Pedimos a palavra pela ordem unicamente para que o que acabamos de dizer fique registrado e esta interpelação não é válida para o Líder da Bancada que tem se conduzido com muita prudência, ponderação e nos informou que tem a impressão de que antes da apreciação do veto, hoje anunciado por esse ofício, deverá chegar a esta Casa uma Mensagem regulamentando a matéria.

Para que não paire dúvida, uma vez que não houve reunião de Bancada e não estava previsto este veto e como vemos nisto uma humilhação deste Poder, é que estamos tomando publicamente esta posição. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para o Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Maurício Fruet, primeiro orador inscrito.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aos quinze dias de maio deste ano, atendendo a convite formulado com o cavalheirismo costumeiro ao Líder do Governo nesta Casa, estivemos na Secretaria de Educação e Cultura, juntamente com o Sr. Deputado Gilberto Carvalho, em palestra com o dirigente daquela Pasta tratando do problema das zeladoras contratadas do Paraná. Na ocasião nos foi dito por S. Exa. o Sr. Secretário de Educação que uma Comissão de Trabalho já havia sido designada para estudar o assunto e até o fim do mês de julho o problema estaria totalmente resolvido e as zeladoras contratadas passariam a receber regularmente.

Não somente isso, teriam todos os direitos da legislação trabalhista e inclusive o direito previdenciário, pois iriam recolher ao Instituto de Previdência.

O mês de julho já se foi, iniciamos agora o período de agosto, e infelizmente até agora a situação é a mesma, a mesma desesperança, o mesmo tratamento desigual, o mesmo tratamento ilegal que é dispensado às zeladoras do Estado do Paraná.

Por esta razão, fazemos hoje um simples alerta, em busca novamente da solução que é desejada por uma parcela ponderável do povo paranaense; são aproximadamente 6.000 zeladoras contratadas que infelizmente lutam com grande dificuldade, cumprem com seus deveres mas não recebem a reciprocidade necessária e indispensável, por parte do Estado.

Nós gostaríamos de aduzir também, e iremos pesquisar a denúncia recebida, de que em alguns municípios do Estado, como por exemplo em Porto Amazonas, zeladoras contratadas pelo Estado, recebendo seus salários reduzidos, estão prestando os seus serviços por 12 horas, e o seu salário chega a 42,00 cruzeiros!

Fazemos este alerta, na esperança de que haja uma solução imediata por parte do Poder Executivo; é necessário que esta Casa tome posição, principalmente em favor daqueles mais humildes que necessitam de maior rendimento e que não têm condições de dialogar com as autoridades, porque lhes é negada essa possibilidade, eis que, às vezes que tentaram tal diálogo nada conseguiram.

Por este motivo, vamos continuar aguardando por mais alguns dias, à espera de que o Governo dê uma solução a este problema, que realmente é angustiante. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. Deputado Gilberto Carvalho, segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Foi com satisfação que ouvimos, há poucos instantes, o pronunciamento do eminente Deputado Maurício Fruet, com referência à situação das zeladoras, no Paraná. Como estávamos no Pequeno Expediente, não era possí-



vel parteá-lo, por esta razão faço uso da Tribuna neste momento, a fim de congratular-me com o Deputado Maurício Fruct, que esteve comigo na Secretaria de Educação e Cultura tratando deste assunto, e também lembrar que há poucos dias tive oportunidade de acompanhar o Sr. Secretário numa visita a Maringá, oportunidade em que disse, o Sr. Secretário, que estava com os estudos feitos e que havia formado uma Comissão, e também havia feito uma consulta ao Ministério do Trabalho no que se referia à previdência para as 5.600 serventes existentes no Paraná. Mas é uma medida que precisa ser tomada com urgência, principalmente com referência ao horário de serviço que vêm prestando esses funcionários; existem zeladoras prestando 15 horas de serviço em certos municípios, trabalhando umas no primeiro expediente, no período da tarde ou à noite sempre prestando serviços, e recebendo unicamente 5 horas; trabalham, muitas vezes, mais do que recebem.

Apelamos então à Secretaria de Educação e Cultura para que solucione este problema.

Também com referência às férias do mês de julho que fora prometido, é preciso que sejam pagas. Fui convidado pela União de Zeladoras e Inspeções, com sede na cidade de Londrina, ocasião em que convidamos um funcionário da Secretaria de Educação e Cultura, autorizado que foi pelo Sr. Secretário, a nos acompanhar àquela cidade, a fazermos um pronunciamento desta situação, quando então prometemos que o mês de julho seria pago.

É preciso que seja cumprido aquilo que foi dito na cidade de Londrina. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Substitutivo ao Projeto de Lei n. 82-72, de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Será anexado ao Projeto de Lei n. 82-72.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nr. 108/71 de autoria do Deputado Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria a estrada que liga Maringá a Ivaiporã, passando por Aquidaban, Jardim Alegre, São Pedro e São João do Ivaí. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — COM SUBSTITUTIVO. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nr. 66/72, de autoria do Deputado Cândido M. de Oliveira, fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais (APADEVI), com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nr. 115/71, de autoria do Deputado Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo, transferir ao D.E.R., para alargamento, cascalhamento e conservação, a estrada que liga o Município de Cruzeiro do Oeste ao de Mariluz. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nr. 120/71, de autoria do Deputado Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo, asfaltar a estrada que liga a sede do Município de Dr. Camargo à Rodovia Maringá-Umuarama, através de Convenio a ser firmado entre o D.E.R. e o Executivo Municipal de Dr. Camargo. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nr. 120/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao asfaltamento da estrada que liga a sede do Município de Dr. Camargo à Rodovia Maringá-Umuarama, Pr.-36, através de Convenio a ser firmado entre o Departamento de Estradas de Rodagem e o Executivo Municipal de Dr. Camargo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1971.

(a) Deputado Wilson Brandão

JUSTIFICATIVA: — A via que liga Dr. Camargo à Pr.-86. é a única que oferece acesso a esta última. Por isso mesmo, seu trânsito, diurno e noturno, é considerável, impondo-lhe sérias deficiências e que estão a exigir a mais rápida superação. Somente o asfaltamento resolverá o problema de há muito criado. Nos dias chuvosos, o tráfego torna-se praticamente impossível, daí decorrendo prejuízos muitos a interesses coletivos e pessoais.

É bem de ver-se, mesmo desprezando razões outras, que o Município de Dr. Camargo sofre, ante tal quadro, prejuízos de toda sorte, pelo que seu governo e povo muito confiam no atendimento desta reivindicação.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PARECER ao Projeto de Lei nr. 120/71

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo a proceder ao asfaltamento da estrada que liga a sede do Município de Dr. Camargo à Rodovia Maringá-Umuarama, na forma e como especifica.

- 1) — O Projeto em evidência está articulado e justificado, atendendo, consequentemente, o que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.
- 2) — A medida proposta não fere qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa de seu ilustre autor.

- 3) — Nestas condições, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente.

Acyr José — Relator.

Emílio Carazzini

Cândido Martins de Oliveira

Sebastião Rodrigues Júnior

Muggiati Filho

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PARECER ao Projeto de Lei nr 120/71

##### PARECER

O presente Projeto de Lei, veio devidamente articulado e quanto a sua oportunidade já nos convence plenamente a justificativa.

A matéria não apresenta implicações de ordem financeira.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente.

Paulo Poli — Relator.

Santos Lima

Ovidio Franzoni

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### AUTOR: Deputado Wilson Brandão.

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo a asfaltar a estrada que liga a sede do Município de Dr. Camargo à rodovia Maringá-Umuarama, através de Convenio a ser firmado entre o D.E.R. e o Executivo Municipal.

##### PARECER

- 1) — As ditas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, deram pareceres favoráveis à aprovação do Projeto.
- 2) — Entendemos oportuno o projeto do autor, pois o asfaltamento pleiteado, mediante convênio, não é de extensão superior a 1 quilômetro e virá possibilitar o permanente acesso a Dr. Camargo.

- 3) — Nosso parecer é pela aprovação

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 1971.

aa) Lázaro Dumont — Presidente.

Borsari Netto — Relator.

Hélio Manfrinato

Gilberto Carvalho

Antônio Maciel

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final ao Projeto de Resolução nr. 18/72 e de vários Projetos de Lei. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Álvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja enviada uma petição ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que aquela autoridade regularmente no prazo mais breve possível, a Lei nr. 6.248/71. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Stelatto. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução nr. 20/72. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 3, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 115-71;

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 120-71;

1a. Discussão — dos Projetos de Lei n. 160-71 e Projeto de Resolução n. 20-72.

Fica ainda marcada outra Sessão para dia 4, sexta-feira, às 10 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

Redação Final — do Projeto de Resolução n. 18-72 e Projetos de Lei ns. 73-71 — 84-71 — 86-71 — 122-71 — 132-71 — 139-71 — 148-71 — 149-71 e 18-72.

Levanta-se a Sessão.

#### ATAS DAS COMISSÕES:

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### 7a. LEGISLATURA — 2a. SESSÃO LEGISLATIVA

##### ATA DA 16a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de julho do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Alvaro Dias, Vice-Presidente da Comissão, tendo em vista a ausência do Presidente Cândido M.M. de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o senhor deputado Basílio Zanusso apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 43-72 — autor deputado João Mansur, que concede o Título de Cidadão Honorário "Post-Mortem", ao Brigadeiro do Ar Mário Calmon Eppinghaus, recentemente falecido em desastre aéreo. PROJETO DE LEI N. 57-72 — autor deputado Luiz Alberto Soares, que dispõe sobre atribuições das Comissões Técnicas da Assembléia Legislativa, para requisitar cópias de informações, pareceres, documentos, dados, análises e outros elementos, junto ao Tribunal de Contas do Estado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 12-72 — autor Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição n.º 107-71, aprova o Termo de Acordo n.º 24-71, celebrado e m13-10-71, entre o Estado e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado a realização do I Curso de Auxiliares de Estatística de Saúde, e Registro Hospitalares. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 13-72 — autor Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição n.º 108-72, que aprova em todos os seus Termos o acordo n.º 25-71, de 13-10-71, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região dos Recursos Naturais (CERENA). PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 15-72 — autor Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição n.º 104-72, que aprova o termo do acordo n.º 21-71, celebrado em 13-10-71, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado a dinamizar o Fundo de Água e Esgotos — FAE, do Estado do Paraná. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 16-72 — autor Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição n.º 112-72 que aprova o Termo do Convenio celebrado em 25-1-72, entre a Secretaria da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Planalto. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 17-72 — autor Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição n.º 113-72, que aprova convenio celebrado em 4-11-71, entre o D.E.R., e a Pref. Mun. de Curitiba, objetivando execução dos serviços de construção e conservação das vias de acesso a esta Capital. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata,



que depois de lida e achada conforme será assinada por Mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente  
LELIO GUIMARAES SOTTO-MAIOR — Secretário

#### Redação Final do Projeto de Lei n.º 43-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA.

Art. 1.º — Fica autorizada a concessão de Título de Cidadão Honorário "Post-Mortem", ao Brigadeiro do Ar, Mário Calmon Eppinghaus, falecido recentemente em desastre aéreo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4-7-72.

(aa) ALVARO DIAS — Presidente

BASILIO ZANUSO

A. MACIEL FILHO

Relatores

#### Redação Final do Projeto de Lei n.º 57-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — As Comissões Técnicas da Assembléia Legislativa podem requisitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, cópia de informações, pareceres, documentos, dados, análises e quaisquer outros elementos que, ao Tribunal, devem ser prestadas ou fornecidas pelos órgãos ou entidades administrativas estaduais, assim como pelas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Art. 2.º — As Comissões referidas no artigo anterior, poderão determinar ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a realização de vistorias e ou auditorias ordinárias em quaisquer dos órgãos ou entidades abrangidas no mesmo artigo, com o fim exclusivo de proceder à fiscalização da gestão financeira e orçamentária dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Art. 3.º — O Tribunal de Contas do Estado do Paraná terá o prazo de 30 (trinta) dias para esclarecer e responder as requisições ou determinações a que se refere a presente Lei.

§ único — O prazo fixado no artigo anterior poderá ser prorrogado por igual tempo, a pedido do próprio Tribunal de Contas, cuja solicitação deverá ser justificada.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4-7-72.

(aa) ALVARO DIAS — Presidente

BASILIO ZANUSO

A. MACIEL FILHO

Relatores

#### Redação Final do Projeto de Resolução n. 12-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo do Acordo n. 24-71, celebrado em 13 de outubro de 1.971, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado à realização do "I Curso de Auxiliares de Estatísticas de Saúde e Registros Hospitalares".

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4-7-72.

(aa) ALVARO DIAS — Presidente

BASILIO ZANUSO

A. MACIEL FILHO

Relatores

#### Redação Final do Projeto de Resolução n. 13-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado em todos os seus termos, o Acordo n. 25-71, de 13.10.71 entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, que prevê estudos para obtenção do Mapa Pedológico, adotado pela Comissão dos Recursos Naturais (CERENA).

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4-7-72.

(aa) ALVARO DIAS — Presidente

BASILIO ZANUSO

A. MACIEL FILHO

Relatores

#### Redação Final do Projeto de Resolução n. 15-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo do Acordo n. 21-71, celebrado em 13 de outubro de 1.971, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado à dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE do Estado do Paraná, por meio da participação financeira da SUDESUL.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4-7-72.

(aa) ALVARO DIAS — Presidente

BASILIO ZANUSO

A. MACIEL FILHO

Relatores

#### Redação Final do Projeto de Resolução n. 16-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Resolve:

Art. 1.º — Fica ratificado o Termo de Convenio celebrado em 25 de janeiro do corrente ano, entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Planalto, objetivando a instalação de um Posto Rural de Revenda de Produtos Agropecuários, no referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4-7-72.

(aa) ALVARO DIAS — Presidente

BASILIO ZANUSO

A. MACIEL FILHO

Relatores

#### Redação Final do Projeto de Resolução n. 17-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convenio celebrado em 4 de novembro de 1.971 entre o Departamento de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivando a execução dos serviços de construção e conservação das vias de acesso à Curitiba, conforme específica.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4-7-72.

(aa) ALVARO DIAS — Presidente

BASILIO ZANUSO

A. MACIEL FILHO

Relatores

#### PORTARIAS:

##### PORTARIA N. 220-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo Protocolado sob o n. 5.555, de 19 de julho de 1972, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a João Maria Serpa, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia oito (08) dias de licença para casamento, a partir de 24 de julho de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de julho de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.

##### PORTARIA N. 221-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo Protocolado sob o n. 5.555, de 19 de julho de 1972, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a João Maria Serpa, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias referentes ao exercício de 1.972, a partir de 1.º de agosto de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de julho de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.

##### PORTARIA N. 222-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

Lotar Orlando Sabotto, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, no Serviço de Oficina e Manutenção.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de julho de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.

##### PORTARIA N. 223-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 5.714, de 27 de julho de 1.972, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a Aldo Angelo Sperandio, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.972, a partir de 31 de julho de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 1.º de agosto de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.

##### PORTARIA N. 224-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 5.693, de 26 de julho de 1.972, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a Cenira dos Santos Freitas, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 21 de julho de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 1.º de agosto de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA N. 225-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 3.698, de 12 de maio de 1.972, deste Poder

#### RESOLVE:

Lotar Bogdano Karpen, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Serviço de Assistência Judiciária, a partir de 1.º de julho de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 1.º de agosto de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.

##### PORTARIA N. 226-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 5.710, de 27 de julho de 1972, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a Izabel de Deus Bueno, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, sessenta (60) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 26 de julho de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 1.º de agosto de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.



PORTARIA N. 227-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 5.580, de 20 de julho de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

Designar José Rosa Filho, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria do Departamento de Divulgação e Relações Públicas.

Gabinete da Diretoria Geral, em 1.º de agosto de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.

PORTARIA N. 228-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 5.697, de 26 de julho de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Clodoveu de Paula, funcionário do Quadro de Pessoal da Se-

cretaria desta Assembléia, sessenta (60) dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogação, a partir de 24 de julho de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 1.º de agosto de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.

PORTARIA N. 229-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5.342, de 06 de julho de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

designar Marcionílio Sancho Cambuy, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado Gabriel Manoel.

Gabinete da Diretoria Geral, em 1.º de agosto de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.